

ARTIGO

O supervisor escolar e suas funções no contexto escolar

The supervisor school and their functions in school context

La escuela de supervisor y sus funciones en contexto escolar

Silvia Adriana da Silva Soares

Centro Universitário La Salle – Brasil

Gilberto Ferreira da Silva

Centro Universitário La Salle - Brasil

Resumo

Aborda-se neste artigo o papel do supervisor escolar no trabalho junto ao sistema de educação, resgatando a função do supervisor ao longo da história. Procura-se apontar as habilidades para as quais os supervisores devem estar preparados para enfrentar o seu dia a dia. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico, utilizando-se os descritores: supervisor escolar e atribuições do supervisor escolar, a busca foi feita na Rede Mundial de Computadores, em específico no *Google Acadêmico*. Objetivou-se ainda promover uma reflexão em torno do quanto é importante, não só para o supervisor, mas para todo o corpo docente, os momentos de estudos e reflexões teóricas sobre o que se faz em educação básica. Observou-se que a prática da supervisão se pauta por ações que prezam pela organização e pela racionalidade, apresentando-se como desafio a constituição

de um lugar para o supervisor como agente mobilizador de mudanças e de transformação no trabalho coletivo da escola.

Palavras-chave: Competências pedagógicas. Prática docente. Supervisor escolar.

Abstract

Discusses in this article the role of the school supervisor at work with the education system. Rescues the function of the supervisor throughout the history. It highlights the skills for which supervisors should be prepared to face your day to day. Herefore we carried out a literature review, the descriptors are using: school supervisor; duties of the school supervisor, the search was made in the World Wide Web, specifically in Google Scholar. Another goal is to promote a reflection on how important it is, not only for the supervisor, but to the entire faculty, the moments of studies and theoretical reflections on the that is made in basic education. It was observed that the practice of supervision is guided by actions that value the organization and rationality, presenting a challenge to set up a place for the supervisor as a mobilizing agent of change and transformation in collective work of the school.

Keywords: Teaching skills. Teaching practice. Supervisor school.

Resumen

Es este artículo aborda el papel del supervisor de la escuela en el trabajo por el sistema educativo, la restauración de la función del supervisor largo de la historia. Quería señalar las habilidades para las que los supervisores deben estar preparados para hacer frente a su vida cotidiana. Por lo tanto, llevamos a cabo una revisión de la literatura, con las siguientes palabras: supervisor de la escuela; deberes del supervisor de la escuela, la búsqueda se realizó en el World Wide Web, específicamente en *Google Scholar*. Dirigido para promover aún más la reflexión sobre lo importante que es, no sólo para el supervisor, sino para todo el profesorado, los momentos de los estudios y reflexiones teóricas sobre lo que se hace en la educación básica. Se observó que la práctica de la supervisión se guía por las acciones que valoran la organización y la racionalidad, presentando un reto de crear un lugar para el supervisor como un agente movilizador de cambio y transformación en el trabajo colectivo de la escuela.

Palabras clave: Competencias pedagógicas. La enseñanza de la práctica. Supervisor de la escuela.

Introdução

Pretende-se com este artigo abordar o papel do supervisor escolar no contexto da escola, apresentar um breve histórico da função do supervisor ao longo da história da educação. Argumentar que não cabe ao supervisor a mera tarefa de ensinar aos professores a fórmula correta de dar aulas, ou de controlar tudo que é realizado no interior da escola; Procurar demonstrar as habilidades para as quais os professores e também os supervisores devem estar preparados; Tendo em vista que desempenhar o trabalho em supervisão escolar requer, a cada dia, que se obtenham algumas habilidades essenciais. Sendo que para a construção dessas habilidades é necessária à prática da supervisão escolar, e esta não surge de forma inesperada, mas surge através de um processo que envolve a ação, reflexão e ação. Também pretende-se promover uma reflexão de quanto é importante não só para o supervisor, mas para todo o corpo docente, momentos de estudos e reflexões teóricas sobre os discursos pedagógicos nas práticas escolares.

O objeto geral da pesquisa é estudar e analisar como surgiu com o passar do tempo o Supervisor escolar e também se pretende com isto aprofundar-se em qual é o papel do Supervisor escolar no ambiente escolar, a fim de construir conhecimento a cerca deste campo profissional. Como objetivos específicos busca-se: conhecer a história de como surgiu, com o passar do tempo, o profissional de Supervisão escolar; identificar quais são as obrigações do Supervisor escolar dentro da escola; analisar a atuação supervisora no atual contexto brasileiro, como agente de construção e transformação de suas próprias identidades; e construir possibilidades teóricas e práticas necessárias a sua atuação. A metodologia que orientou a construção deste estudo segue a perspectiva da revisão de literatura.

Assim, o trabalho está organizado a partir de dois momentos. No primeiro apresentam-se dados da perspectiva histórica da supervisão escolar e o segundo momento, amparado por uma análise das produções

disponíveis no sistema de busca *Google Acadêmico*, procura-se evidenciar discutir os caminhos apontados pelos pesquisadores, finalmente, em formato de síntese apontam-se para as conclusões que o processo de reflexão permitiu construir.

Supervisão escolar: breve retomada histórica

Podemos encontrar vários autores que escrevem sobre a trajetória histórica dos mais diversos fatos da educação, pode-se encontrar publicações que nos remetem a um período que antecede a invenção da escrita. Nesse sentido Saviani (2006) evidencia que nas sociedades primitivas a educação igualava-se com a própria vida, era uma ação espontânea, não diferenciada das outras formas de ação desenvolvida pelo homem. Com efeito, a educação era exercida pelo meio ambiente, pelas relações e ações desenvolvidas pela comunidade com a participação direta das novas gerações, as quais, por essa forma, acabavam por se educar. Os adultos educavam os mais jovens, de forma indireta, por meio de uma vigilância discreta, protegendo e orientando as crianças pelo exemplo e, eventualmente, por palavras; em suma, supervisionando-as, já que, “a supervisão deve aparecer aos olhos dos alunos como uma simples ajuda às suas fraquezas” (FOULQUIÉ apud SAVIANI, 2006, p. 15).

Segundo Saviani (2006) as atividades educativas em nosso país dá-se com a vinda dos jesuítas em 1549. No Plano de Ensino elaborado pelo padre Manuel da Nóbrega está presente à função supervisora, mas não se manifesta ainda a ideia de supervisão. Entretanto, no Plano Geral dos jesuítas, o *Ratio Studiorum*, que é adotado no Brasil após a morte de Nóbrega, em 1570, já se faz presente à ideia de supervisão.

O *Ratio Studiorum* supunha um conjunto de regras que cobria as atividades dos “agentes diretamente ligados ao ensino, contemplava desde as regras do provincial, às do reitor, do prefeito de estudos, dos professores de modo geral e de cada matéria de ensino”. O assistente do reitor era denominado prefeito geral de estudos, que “auxiliava na boa

ordenação dos estudos, a quem os professores e todos os alunos deveriam obedecer” (SAVIANI, 2006, p. 20-21).

Conforme Santos (2007) quase dois séculos depois do *Ratio Studiorum*, ainda durante o Iluminismo, a educação passou a ser responsabilidade do Estado. A Igreja perdeu sua função prioritária na educação e com isso foram extintas as escolas jesuítas (e também a descrição mais específica do supervisor de ensino). Ao Estado coube a responsabilidade de cuidar da educação escolar. Segundo Saviani (2006), somente com a lei de 15 de outubro de 1827 que o Brasil independente inaugura a questão da organização autônoma da instrução pública. O Art. 5º da lei determinava que os estudos se realizassem de acordo com o “Método do Ensino Mútuo”. No ensino mútuo o professor tem as funções de docência e também de supervisão.

No final do período monárquico os debates convergem para um ponto comum: a necessidade de articulação de todos os serviços de educação numa coordenação nacional, o que colocou em pauta a questão da organização de um sistema nacional de educação. Nesse sentido, a ideia de supervisão foi ganhando contornos mais nítidos. A organização dos serviços educacionais na forma de um sistema nacional supunha dois requisitos que impulsionavam a ideia de supervisão na direção indicada:

- 1) a organização administrativa e pedagógica do sistema como um todo, o que implicava a criação de órgãos centrais e intermediários de formulação das diretrizes e normas pedagógicas bem como de inspeção, controle e coordenação das atividades educativas; 2) a organização das escolas na forma de grupos escolares, superando, por esse meio, a fase das cadeiras e classes isoladas, o que implicava a dosagem e graduação dos conteúdos distribuídos por séries anuais e trabalhados por um corpo relativamente amplo de professores que se encarregavam do ensino de grande número de alunos, emergindo, assim, a questão da coordenação pedagógica no âmbito das unidades escolares (SAVIANI, 2006, p. 24).

Na década de 20 surgem os “profissionais da educação, que com formação técnica constituíram uma nova categoria profissional” (SANTOS, 2007, p. 113). A determinação era ter uma maneira diferenciada para tratar os assuntos educacionais, “acabando com o equívoco de tratá-los indistintamente dos assuntos administrativos. Essa separação é condição para o surgimento da figura do supervisor como distinta do reitor e também do inspetor” (SANTOS, 2007, p. 113). Ao diretor cabia a parte administrativa, ao supervisor cabia a parte técnica. De modo provável com o objetivo de aumentar a “competência pedagógica, esse supervisor (técnico) tenha abarcado com algumas responsabilidades que chegaram até ele através dos séculos”. A preocupação em destituir o supervisor da responsabilidade de fiscalizar foi o mais importante desse período, substituindo-a pela orientação pedagógica (SANTOS, 2007, p. 113).

Com o golpe de 64, no período militar, já no final da década de 60, buscou-se “ajustar a educação à nova situação por intermédio de novas reformas do ensino”. O Conselho Federal de Educação o Parecer nº 252 de 1969 reformulou os cursos de Pedagogia. Em lugar de se “formar técnico em educação com várias funções, sendo que nenhuma delas era claramente definida”, sendo assim, pretendeu-se especializar o educador numa função particular. Estas funções foram “denominadas habilitações, e eram centradas nas áreas técnicas, individualizadas: administração, inspeção, supervisão e orientação” (SAVIANI, 2006, p. 28-29).

Logo em seguida com Lei Federal 5692, de 11 de agosto de 1971 acaba por evidenciar a importância do supervisor no cuidado com a prática pedagógica, distanciando-o das exigências administrativas e burocráticas, entretanto ainda sem perder completamente o contato com estas dimensões. Com a aprovação da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional vamos ter uma ênfase e especificidade na formação de maneira mais evidente:

Art. 64 – A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de

graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Em 2006 a Resolução CNE/CP nº. 01 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, ficando estabelecido que a formação oferecida pelos cursos de Pedagogia integra as dimensões da docência, pesquisa, gestão e avaliação de sistemas de ensino em geral, assim como o planejamento, execução e avaliação de atividades educativas. Uma discussão ainda em aberto.

A seguir verificaremos como surgiu o conceito e a identidade profissional do supervisor escolar.

Conceito e identidade profissional

Vasconcelos (2002) define o supervisor como o articulador do Projeto Político-Pedagógico da instituição no campo pedagógico, estabelecendo contatos entre os campos administrativos e comunitários. Tem a função de organizar a reflexão, a participação e os meios de concretizar a tarefa da escola, a qual é propiciar que todos os alunos aprendam e se desenvolvam como seres humanos plenos.

Conforme Andrade (1979), na tentativa de estabelecer um conceito de supervisão, é importante esclarecer o sentido etimológico do termo. A palavra Supervisão é formada pelos vocábulos *super* (sobre) e *visão* (ação de ver). Indica a atitude de ver com mais clareza uma ação qualquer. Como significação estrita do termo, pode-se dizer que significa olhar de cima, dando uma ideia de visão do todo.

De acordo com Rangel (1985), a supervisão passa de escolar para pedagógica e se caracteriza por “um trabalho de assistência ao professor, em forma de planejamento, acompanhamento, coordenação, controle, avaliação e atualização do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”. Alguns anos mais tarde, Rangel em outro livro, explicita um pouco mais o seu conceito sobre supervisão:

“Supervisor” o que procura a “visão sobre”, no interesse da função coordenadora e articuladora de ações é também quem estimula oportunidades de discussão coletiva, crítica e contextualizada do trabalho. Esta discussão, na América Latina, se faz especialmente necessária, considerando a importância do movimento de emancipação social. E o “especialista” supervisor, como educador e profissional, tem o seu papel estritamente vinculado e comprometido com este movimento (RANGEL, 1997, p. 147, grifos da autora).

A partir de 1900, a supervisão entrou na escola, com o intuito de controlar a ação do professor, mais sob o ponto administrativo. Após 1920 passou a interessar-se pela eficiência do professor, procurando orientá-lo para mudanças didáticas. Em 1930 a supervisão foi identificada como esforço cooperativo, pela influência da cooperação e coordenação dos professores em suas tarefas pedagógicas. Entre 1940 e 1960 ela procurou sensibilizar o professor para a pesquisa de formas de atuação que conduzam à superação da mesma. Após 1960 e até o presente momento, pode-se dizer que a supervisão “tem incorporado as três últimas preocupações (eficiência, cooperação e pesquisa), acrescidas de desenvolvimento profissional, visando a tornar o professor consciente da sua missão, bem como livre e criativo, em direção ao crescimento profissional” (NÉRICI, 1976, p. 31).

Ainda para Rangel (1985) é bastante recente a experiência brasileira de supervisão escolar, desenvolvida como atividade profissional com características próprias e desempenhada por especialistas treinados para isto. Com a inexistência de um consenso sobre a teoria e a prática da supervisão em nosso país, existe uma tendência acentuada no sentido de favorecer características predominantemente pedagógicas, diferenciando-se das atividades exclusivamente administrativas. Por outro lado, valorizando a atuação entre profissionais na linha de cooperação e de estímulo a reflexão e criatividade, bem como de apoio a inovações pedagógicas, a supervisão vai se distanciando cada vez mais da concepção estritamente fiscalizadora que marcou seu início em nosso país.

Saviani e Santos dizem que em 1969, o curso de Pedagogia foi organizado na forma de habilitações e assim assumido oficialmente pelo aparelho do Estado brasileiro visando à sua implantação em todo o país. O curso teria o papel de formar os técnicos requeridos pelo processo de objetivação do trabalho pedagógico em vias de implantação. Com isso abria-se o caminho para o reconhecimento profissional da atividade do supervisor no sistema de ensino. Com a nova estrutura do curso de Pedagogia decorrente do Parecer nº 252/69 abria-se a perspectiva de profissionalização da supervisão educacional. Buscou-se a profissionalização a partir do Parecer 252, de 1969, do qual foram exigidos três requisitos principais: primeiro que houvesse mercado de trabalho permanente, através de uma grande rede de escolas; segundo, que houvesse a permanente formação de profissionais, como características definidas da profissão; e o terceiro que é decorrente dos anteriores, exige que a supervisão seja definida por um conjunto de características próprias que a distingam das demais atividades profissionais. E foi justamente por falta de clareza no cumprimento do terceiro item que o parecer 252 não conseguiu aprovação. E o que falta justamente é essa identidade própria da Supervisão Escolar.

Voltando um pouco na história Santos relata que, ora a supervisão escolar foi exercida por pais e familiares, ora por escravos pedagogos, em outros momentos foi acumulada por professores junto ao ato de ensinar e também foi exercida por dirigentes. Ao longo deste tempo em que à função supervisora parecia dividida entre os educadores da época, o seu próprio fazer oscilou muito:

A função supervisora deu-se no vigiar, no orientar, na responsabilidade sobre o currículo, sobre a avaliação, nos métodos, no estudo das teorias, nos meios de ensino, nas questões políticas, na definição do papel da escola, ora fiscalizando e ora promovendo a ampliação da competência pedagógica através de orientações. É fato que a Supervisão educacional foi se constituindo pouco a pouco, de acordo com as demandas do momento, mas ao que parece reuniu atribuições suficientes para

ter se tornado um indispensável elo entre o ensinar e o aprender, entre a escola e a realidade que atende entre quem ensina e a forma de ensinar (SANTOS, 2007, p. 115).

Sendo assim, segundo Ferreira (2001):

A “especialização desespecializada” levou a que esses profissionais, “perdidos” na busca de sua identidade e “sérios” no trato dos problemas educacionais, fossem desconsiderados e desrespeitados. Os supervisores passaram a ser chamados de “pessoal de apoio”, “personagens escolares”, “parceiros” e tantas outras nomenclaturas que desqualificam na intenção de identificar algo que não está bem identificado, não traduzindo o relevante trabalho da supervisão (FERREIRA, 2001, p. 91, grifos da autora).

Como nos conta Saviani, é neste contexto que o curso de pedagogia ganhou corpo e tese de que deveria, sobre a base de uma boa fundamentação teórica voltada para os fundamentos da educação, formar o profissional da educação capaz de exercer as diferentes atribuições solicitadas pelos sistemas de ensino e unidades escolares. A referida tese foi se tornando prioritária no seio do movimento pró-reformulação dos cursos de formação de educadores que aflorou no final dos anos 70, se organizou na primeira Conferência Brasileira de Educação em 1980 e se expressa hoje na Associação Nacional de Formação dos Profissionais de Educação (Anfope).

No final da década de 70 e início dos anos 80 a supervisão escolar perdeu seu lugar nos cursos de graduação e ficou restrita a pós-graduação, cursos de especialização. Atualmente encontra-se no Senado o Projeto de Lei 4.412/01 que busca devolver a Supervisão Educacional aos cursos de graduação, além da especialização (em cumprimento da Lei 9.394/96) e instituir oficialmente a Supervisão Educacional como profissão (SANTOS, 2007, p. 116).

Rodrigues (2009), diz que a supervisão é uma habilitação nova na área da educação, que precisa de definições mais precisas e normas mais

convenientes, que durante muito tempo foi visto como um controlador e por isto agora sente necessidade de interagir e participar mais ativamente do cotidiano da escola.

Um bom supervisor escolar deve servir de referência frente ao seu grupo de trabalho, frente a todos os envolvidos no dia a dia da escola. Este profissional tem que ser: observador, dinâmico, inteligente, eficiente, criativo, produtivo, provocador, acessível, capaz, interessado, seguro de seus atos, atencioso com todos, ter muito paciência e muito senso de justiça.

Como os supervisores estão lidando com o processo de ensino-aprendizagem nas escolas?

Realizou-se um levantamento bibliográfico, utilizando-se os seguintes descritores de busca: supervisor escolar; papel do supervisor escolar; atribuições do supervisor escolar. A busca foi feita na Rede Mundial de Computadores, em específico o *Google Acadêmico*. Esta investigação centrou-se em localizar trabalhos e pesquisa sobre experiências que relatassem como os supervisores agem em seu dia a dia nas escolas, o que estão fazendo, em relação à supervisão do currículo, dos programas, da escolha dos livros didáticos, do planejamento do ensino, dos métodos de ensino, da avaliação, da recuperação, do projeto pedagógico da escola e da pesquisa. Será que eles sabem qual é o seu objetivo específico na supervisão de uma escola? Por que eles estão lá e para quê?

De um conjunto rico e diversificado, onde a supervisão, em grande parte dos trabalhos é concebida como parte indissociável de equipe distinta das comunidades escolares, selecionou-se 4 trabalhos para proceder uma análise mais cuidadosa, considerando a aderência da discussão proposta neste estudo.

O quadro a baixo sintetiza aspectos referentes ao objetivo do estudo:

| | | | | |
|--------------------|----------------------|--------------|------------|----------------|
| Práxis Educacional | Vitória da Conquista | v. 12, n. 23 | p. 271-296 | set./dez. 2016 |
|--------------------|----------------------|--------------|------------|----------------|

Quadro 1. Síntese de aspectos referentes ao objetivo do estudo

(continua)

| ARTIGOS E REFERÊNCIAS | OBJETIVOS | METODOLOGIA | PRINCIPAIS CONCLUSÕES |
|--|--|--|--|
| FRISON, Lourdes M. B.; ABREU, Rudimar S. de. Supervisores e orientadores educacionais nos espaços escolares. Disponível em: < http://www.cienciaeconhecimento.com.br/pdf/vol001_PeA3.pdf >. Acesso em 12 de abril de 2013. | Buscou-se compreender e esclarecer a atuação de orientadores e supervisores, na tentativa de clarear posições e concepções pedagógicas, assim como propor um projeto de ação/reflexão/ação no fazer pedagógico. | A metodologia utilizada para a realização da pesquisa foi a qualitativa, do tipo pesquisa-ação, a qual possibilitou aos orientadores e supervisores escolares da Microrregião de São Jerônimo ampliar o autoconhecimento sobre suas práticas, suas capacidades de intervir, transformando-se e transformando sua ação. | Este artigo relatou a busca dos supervisores e orientadores por melhoria nas suas ações, nos seus afazeres dentro da escola. Eles buscam a transformação, a revisão de conceitos e o conhecimento da importância e da verdadeira função de cada um no processo de construção de conhecimento. Percebe-se que eles têm uma preocupação com a sua formação e com suas posteriores ações. |
| ARAGÃO, Evelyn J. S.; MELLO, Lucrecia S. O papel do supervisor: formação e identidade na organização do trabalho pedagógico da escola. Disponível em: http://www.propp.ufms.br/gestor/titan.php?target=openfile&fileId=386 . Acesso em 12 de abril de 2013. | Investigação e compreensão do papel do supervisor escolar na organização do projeto pedagógico. Ressignificação da prática de educadores da rede municipal de ensino, para qualificá-los para um melhor desempenho junto ao corpo docente de suas escolas. | Elaboração e aplicação de questionário aos mesmos para obtenção de dados definidores do perfil dos curistas, os efeitos da formação continuada em seu agir pessoal e na prática cotidiana junto à gestão da escola. | Percebeu-se que cada vez mais os profissionais da educação anseiam por cursos de formação continuada que tenham como meta capacitar, preparar, atualizar os professores e contribuir para que estes repensem e reformulem as suas práticas pedagógicas. |

| | | | |
|--|---|---|--|
| <p>LUZ, Anízia A. N.; MELLO, Lucrecia S. Formação continuada: contextualizando a ação da supervisão escolar e gestão educacional da escola pública. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_antes/anos16/sem07_pdf/sm07ss16_04.pdf>. Acesso em: 12 de abril de 2013.</p> | <p>A partir da análise do processo de formação continuada, o trabalho discute perspectivas de se delinear no momento atual, novas formas de ação junto à gestão da escola a partir de um referencial teórico prático para atuação mais eficaz de supervisores do ensino fundamental, coordenadores de instituições infantis e direção de escolas públicas do município de Itres L.agoas/MS.</p> | <p>Trata-se de pesquisa participante, os sujeitos envolvidos levantam os problemas do seu cotidiano os transformado em temas geradores de propostas alternativas às ações a serem desencadeadas em seu lócus de trabalho.</p> | <p>Reverte-se as experiências ao grupo o que possibilita a forma interdisciplinar de construir novos conhecimentos. Assim promovendo a transformação e provocando aprendizagens de diferentes domínios da existência.</p> |
| <p>SILVA, Carlilene L. S.; SOUZA, Cintia S.; OLIVEIRA, Deliziana de; THYZAH, Kelma; VIANA, Frances; VELANGA, Carmen. A ação do supervisor escolar: em uma escola da rede municipal de porto velho. Anais da Semana Educa. I Encontro de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Rondônia/UNIR, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/semanaeduca/article/view/112>. Acesso em 12 de abril de 2013.</p> | <p>Conhecer o plano de ação do supervisor na escola; levantar quais são as incumbências atribuídas ao supervisor de acordo com os documentos da escola; identificar como se dá o relacionamento e o acompanhamento do professor/supervisor; e observar a atuação do supervisor durante as reuniões pedagógicas.</p> | <p>Aplicação de questionários aos professores e entrevista com a supervisora, análise de documentos e observações de reuniões pedagógicas.</p> | <p>Este artigo relata a ação supervisora, em uma escola Municipal de Educação Infantil. Os resultados apontam que a ação supervisora desenvolvida tem sido efetiva e positiva quanto ao acompanhamento do trabalho dos professores no processo educacional. A relação entre supervisora e corpo docente percebeu-se que o relacionamento é bom, com cordialidade e profissionalismo.</p> |

Fonte: Produzido pelos autores, 2014.

Metodologia de análise dos textos

Uma vez selecionados os trabalhos que apresentavam uma maior aderência ao objetivo da investigação, procedeu-se uma leitura cuidadosa, procurando verificar indícios de como os pesquisadores refletem e problematizam o lugar ocupado pelos supervisores no ambiente escolar, a partir de suas investigações realizadas. A seguir são apresentados os elementos significativos que foram localizados para subsidiar a reflexão aqui proposta neste trabalho.

Frison e Abreu (2007), em pesquisa realizada em escolas municipais e estaduais da Microrregião de São Jerônimo/RS, tendo por objetivo compreender e esclarecer a atuação de orientadores e supervisores, “na tentativa de clarear posições e concepções pedagógicas, assim como propor um projeto de ação/reflexão/ação no fazer pedagógico”. Para os autores:

Refletir sobre a ação do orientador e do supervisor educacional, ou seja, sobre o exercício de modelos de gestão de orientação e supervisão educativa, é visualizar um profissional comprometido com processos de aprendizagem, estimuladores da construção de conhecimentos e das competências necessárias para pensar e agir com horizontes mais amplos. Funções de planejamento organização e reflexão fazem parte de suas competências e para elas busca inovações que permitam, partindo do real, criar/recriar suas práticas (FRISON; ABREU, 2007, p. 2).

Frison e Abreu (2007) destacam que para a coleta de dados foram feitas reuniões, com pauta previamente organizada pelo grupo para reflexão e análise dos problemas emergentes; entrevistas semi-estruturadas; observação participante; interação na construção de projetos. Foram feitos registros descritivos, pelos professores pesquisadores, que sistematizaram as reflexões feitas juntamente com os orientadores e supervisores escolares. Durante o processo a observação participante aconteceu no contato direto do pesquisador com as situações observadas. Assim se referem os pesquisadores:

| | | | | |
|--------------------|----------------------|--------------|------------|----------------|
| Práxis Educacional | Vitória da Conquista | v. 12, n. 23 | p. 271-296 | set./dez. 2016 |
|--------------------|----------------------|--------------|------------|----------------|

Os registros descritivos foram feitos de forma que incluíam as informações sobre as técnicas, os dados, o desenrolar da pesquisa, as reflexões de campo, as situações vividas (percepções, hesitações, interferências, conflitos, empatias), as interações do pesquisador (intensidade e frequência), as circunstâncias da participação (tensões, mudanças e decisões), os diversos instrumentos que possibilitaram a compreensão dos fenômenos em estudo (gravação, filmagem e anotações de campo) (FRISON; ABREU, 2007, p. 5).

Conforme os autores, o supervisor e o orientador “são sujeitos de uma ação, dentro de um espaço em transformação e transformador - a escola”. Eles precisam ser capazes em diferentes dimensões: na técnica, na política, no administrativo e no pedagógico. Toda a ação deve ser voltada para o sucesso do processo de ensinar e aprender, numa relação de diálogo e de igual com os professores e demais profissionais da educação, “articulando um processo que permite o repensar das ações e a busca de referenciais teóricos que sustentem novas práticas e garantam a qualidade do fazer pedagógico” (FRISON; ABREU, 2007, p. 9). Assim:

A tomada de consciência sobre os pontos referidos e o esforço para ampliação da formação contínua constituem um passo decisivo para dotar a escola de professores habilitados a promover a verdadeira inovação. A experiência tem demonstrado que se a reforma pode, por vezes, ser fruto de imposições e de forças exteriores ao sistema, a verdadeira inovação educativa só pode ser produzida por forças internas a desse mesmo sistema (FRISON; ABREU, 2007, p. 9).

A transformação no modo de pensar e agir, a revisão de conceitos e o conhecimento que se estabelece na escola é fundamental. “Apesar de ainda encontrarem-se presos a questões burocráticas e de atendimento ao aluno, percebe-se uma preocupação com a formação e com suas posteriores ações” (FRISON; ABREU, 2007, p. 9).

O segundo trabalho analisado foi o de Aragão e Mello (2008). Estes autores relatam que desenvolveram um trabalho semelhante ao

de Frison e Abreu (2007). O estudo foi realizado com um grupo de profissionais que atuam na gestão de instituições escolares da rede municipal de ensino de Três Lagoas/MS. O objetivo deste estudo é o de compreender teoricamente o papel do coordenador pedagógico mediante a sua participação no grupo de formação e atuação na instituição escolar. O trabalho foi desenvolvido por meio de observação e registro dos processos de formação, e tinham como foco as ideias e depoimentos dos coordenadores pedagógicos em suas manifestações e discussões, narração de sua história de formação e desafios que enfrentam no cotidiano de trabalho. Além das observações e registros organizaram e aplicaram um questionário a vinte profissionais da área da coordenação pedagógica para traçar o perfil que vem se fixando “nesse campo de atividade situada na gestão escolar” (ARAGÃO; MELLO, 2008, p. 2).

Através de encontros quinzenais com o grupo de profissionais os autores definiram um conjunto de temas significativos para a discussão. Entre os temas escolhidos estão:

Organização escolar, gestão escolar, administração, identidade, autonomia, supervisão escolar, implementação do Projeto Político Pedagógico, relação família e escola, currículo, o papel do gestor perante o acordo ortográfico, participação, conselho escolar, formação docente e memória (ARAGÃO; MELLO, 2008, p. 7).

Aragão e Mello, destacam em seu trabalho o lugar ocupado pela metodologia, a qual acabou privilegiando “o estudo dos fenômenos em seu próprio contexto natural”. Dentre os achados desta pesquisa destaca-se

[...] que cada vez mais os profissionais da educação anseiam por cursos de formação continuada que tenham como meta capacitar, preparar, atualizar os professores e contribuir para que estes repensem e reformulem as suas práticas pedagógicas. Dar voz a este educador/gestor é um mecanismo de representação dos conhecimentos construídos por estes profissionais, onde

demonstram as suas preocupações e experiências. Assim este educador se (re)apropria dos sentidos de sua formação, vida e identidade (ARAGÃO; MELLO, 2008, p. 3-4).

O terceiro trabalho analisado é o de Luz e Mello (2007). Os autores fazem uma análise do processo de formação continuada, a partir da literatura disponível voltada à ação gestora no universo da educação básica, incluindo professores, gestores e equipe pedagógica. Por meio da análise de alguns textos, tanto da formação continuada, como a ação desenvolvida pelos profissionais da escola, buscam compreender o momento atual na tentativa de superar possíveis conflitos e polêmicas que envolvem o fazer pedagógico. As pessoas envolvidas trazem os problemas do seu dia a dia e os transformamos em temas geradores e a partir daí em propostas a serem desenvolvidas no local de trabalho. Depois relatam as experiências ao grupo, “o que possibilita a forma interdisciplinar de construir novos conhecimentos” (LUZ; MELLO, 2007, p. 5-6).

Para os autores a questão central do estudo é de caráter educacional e, na maioria das vezes, os profissionais precisam de uma “sólida fundamentação que os motive no enfrentamento dos desafios cotidianos” (LUZ; MELLO, 2007, p. 1). Para alcançar o propósito da ação formadora através da “conquista da autonomia, da participação democrática e coletiva dentro de suas instituições educacionais”, tem-se por objetivos:

- Promover a prática reflexiva, pois a capacidade de inovar, negociar e regular a prática é decisiva e favorece a construção de novos saberes;
- Incentivar a implicação crítica nos profissionais da educação envolvendo-os no debate político sobre a educação, na escala dos estabelecimentos escolares, referindo-se aos desafios, as finalidades dos programas escolares, à democratização da cultura e à gestão democrática da escola;
- Estimular uma visão de escola que desenvolve a autonomia dos sujeitos, seu senso crítico, suas responsabilidades de atores sociais, sua capacidade de elaborar e defender um determinado ponto de vista com respeito à individualidade em perder a

coletividade; - A esperança de dominar algumas contradições ou, no mínimo, de não sofrer demais devido a elas leva-nos a pensar em um profissional da educação que dimensione a sua função tendo como referência a mediação e a organização de uma vida educativa mais democrática tendo como princípio ativo, a autonomia, coletividade e a parceria (LUZ; MELLO, 2007, p. 2).

Os autores relatam que o estudo se deu a partir do reconhecimento de problemas e sugestões que surgiram dos componentes do curso de capacitação: “FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES: os desafios do trabalho em supervisão escolar”. A partir deste grupo de estudos, criam-se condições “para promover a vivência, compreensão e reflexão sobre a própria identidade profissional”. Através da reflexão e da investigação sobre a ação, supera-se a tradicional técnica de reprodução de saberes, “que dominou durante muito tempo a prática supervisora” (LUZ; MELLO, 2007, p. 2). E segundo os autores:

É no fazer pedagógico que os sujeitos recuperam e/ou confirmam sua identidade, função e consciência crítica/reflexiva frente às diversas e complexas problemáticas educacionais. Dessa maneira, é possível viabilizar a construção de uma escola onde preceitos e autonomia e de democracia sejam redefinidos e assumidos pelos componentes de quem dela fazem parte (LUZ; MELLO, 2007, p. 6).

Para Luz e Mello o grupo de estudos se formou em num espaço coletivo de troca de conhecimentos e interação, promovendo assim:

A autotransformação e provocando aprendizagens de diferentes domínios da existência, evidenciando o processo que acontece em cada sujeito, manifestando-se na dinâmica que estrutura cada um no seu jeito de ser, estar, sentir, refletir e agir. Sendo assim, a educação e, por conseqüência, a formação, não se esbarram na transmissão e aquisição de saberes, na transferência de competências técnicas e profissionais e tampouco na assertiva de potencialidades individuais. O processo interdisciplinar adotado implica no centramento do sujeito na globalidade da

vida, entendida como interação da existência com as diversas esferas da convivência como perspectiva educativa e formativa (LUZ; MELLO, 2007, p. 7).

Os autores Frison e Abreu (2007), Aragão e Mello (2008) e Luz e Mello (2007), demonstram a preocupação e o interesse desses educadores por melhorias nas suas ações, nos seus afazeres dentro da escola e também a preocupação dos investigadores em melhorar e aperfeiçoar as técnicas de ação no dia a dia destes profissionais. Os supervisores e orientadores buscam a transformação, a revisão de conceitos e o conhecimento da importância e da verdadeira função de cada um no processo de construção de conhecimento. Percebe-se que eles têm uma preocupação com a sua formação e com suas posteriores ações. “A formação continuada é indispensável para o melhor desempenho de qualquer profissional” (ARAGÃO; MELLO, 2008, p. 6).

Para Nóvoa (1997):

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência (NÓVOA, 1997, p. 25).

O quarto trabalho analisado de Silva et al. (2007, p. 2), a pesquisa foi realizada em uma Escola Municipal de Educação Infantil Crys Damaris, região central da cidade de Porto Velho/RO, tinham como objetivo conhecer o plano de ação do supervisor na escola; investigar quais as funções atribuídas ao supervisor de acordo com documentos da escola; descobrir como se dá o “relacionamento e o acompanhamento do professor/supervisor e observar a atuação do supervisor durante as reuniões pedagógicas”.

Para que os autores alcançassem os objetivos propostos foi necessária a aplicação de questionários aos professores, entrevistas

com a supervisora, análise de documentos da instituição pesquisada e observações de reuniões pedagógicas.

Os autores como resultado de seu trabalho de pesquisa constataam que a relação entre supervisão e professores é de cordialidade e profissionalismo, que há um pouco de resistência quando se fala em mudanças, mas nada que não possa ser dialogado e resolvido; Com relação as facilidade e dificuldades no cumprimento das atividades: uma das dificuldades é o fato da supervisora atender aos dois turnos, outra dificuldade diz respeito à falta de recursos financeiros para a melhoria de material de trabalho e espaço físico. Quanto as facilidades pode se dizer que o fato da escola ser pequena, a interação e o apoio da gestão ajudam; O Plano de Ação é elaborado pela supervisora e logo depois passado aos professores e a direção, “para que se faça a interação da proposta e possíveis contribuições para melhoria” (SILVA et al., 2007, p. 4).

Ainda constatou-se que a supervisora busca conferir todos objetivos propostos no plano de ação, “desempenhando um trabalho voltado às necessidades do professor e do aluno” e desta maneira, desempenhando bem suas obrigações como supervisora. O acompanhamento da ação dos professores na escola, também faz parte da ação da supervisora. De acordo com o relato, este acompanhamento é feito, “os professores ao ingressarem na escola recebem informações sobre o funcionamento da instituição, planejamento participativo semanal, avaliação das atividades e projetos propostos em grupo, recebe todos os subsídios necessários para um bom desempenho” (SILVA et al., 2007, p. 4).

Para Silva et al. (2007), o supervisor deve ser um somador de ações realizadas no cotidiano da escola, deve também contribuir para o melhor desempenho dos professores. Outros critérios como comunicação democrática, bom relacionamento entre todos os profissionais, inclusive com a gestão da escola, planejamento em conjunto, flexibilidade nas decisões e participação ativa dos professores no planejamento e desenvolvimento das atividades. Os autores ainda chegaram a seguinte conclusão: “A realização deste estudo forneceu dados os quais

demonstram que um bom trabalho pedagógico não é demagogia, pode sim ser realizado com eficiência e qualidade” (SILVA et al., 2007, p. 10).

Os autores seguem a perspectiva apontada por Rangel (1985), quando diz que, a função do supervisor é dar assistência ao professor, em forma de planejamento, acompanhamento, coordenação, controle, avaliação e atualização do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Entender o papel da supervisão como parte da estrutura organizacional da escola traz uma concepção mais democrática, partindo da realidade e do olhar dos professores.

Considerações finais

Os diferentes estudos analisados neste trabalho apontam para um perfil de profissional que saiba articular o Projeto Político Pedagógico da escola promovendo a reflexão e permitindo o aprendizado e desenvolvimento de todos. Outra característica constatada refere-se ao fato de que a formação para este tipo de atuação requer um investimento específico capaz de oferecer as ferramentas necessárias para a prática da supervisão.

A função supervisora pode ser compreendida como um processo em que um professor, mais experiente e mais conhecedor do cotidiano escolar, norteia outro professor ou aspirante “a professor no seu desenvolvimento humano e profissional” (ALARCÃO, 2001, p. 16). É importante não esquecer nunca que, a supervisão ou coordenação é desempenhada por um educador, e deste modo deve combater a tudo aquilo que desumanizar a escola: a propagação da “ideologia dominante, e o autoritarismo, o conhecimento desvinculado da realidade, a evasão, a lógica classificatória e excludente (repetência ou aprovação sem apropriação do saber), a discriminação social na e através da escola, etc.” (VASCONCELLOS, 2002, p. 87).

Assim como o professor não pode nunca desistir do aluno a coordenação supervisora não pode desistir do professor. Parte-se

da suposição de que todo o ser humano pode aprender, todo o ser humano tem jeito. Outra área de formação e de propriedade por parte da coordenação supervisora é relativa ao saber-fazer, encontrar caminhos para consolidar aquilo que buscam, e isto acontece através métodos, técnicas, procedimentos e habilidades.

Todo o esforço da mediação da supervisão caminha na perspectiva de colaborar com o professor ajudando construir um sentido para o seu trabalho. Encontramos as mais diversas formas de atuação da supervisão: atendimento individual, coordenação das reuniões pedagógicas. De qualquer forma, o importante é que não perca o eixo central de seu trabalho: a qualificação do processo de ensino, como forma de possibilitar a efetiva aprendizagem por parte de todos.

As atuais funções da escola exigem cada vez mais um perfil de profissional qualificado para conseguir atender as demandas que paulatinamente são renovadas pelas transformações sociais pelas quais passam as sociedades. Conhecimento, competência, profissionalismo, formação continuada são algumas das condições para a atuação do supervisor neste contexto de mudanças.

Isso nos remeteu a pensar na importância da formação como fator principal e diferencial na ação didática e curricular do profissional da educação e principalmente do supervisor educacional, que tem como um dos objetivos da sua prática promover oportunidades coletivas de estudos para que a equipe docente sinta-se motivada a buscar informações e conhecimentos a fim de desenvolver um ensino de qualidade e contextualizado de acordo com a realidade.

É evidente o quanto é importante a ação da supervisão nos processos formativos que acontecem na escola, pois ele deve ser a pessoa que proporciona estes momentos, porém este também deve procurar uma formação continuada para acompanhar as mudanças constantes na educação, e desta maneira, também se preparar para poder auxiliar os seus colaboradores sempre que necessário.

A busca destes professores por formação continuada confirma a necessidade e desejo desses profissionais de manterem-se atualizados as mudanças que ocorrem na educação e na sociedade.

Portanto, sabemos o quanto é difícil articular teoria e prática, mas é importante termos consciência que o papel do supervisor é mediar ações de integração e coletividade, priorizando um trabalho pedagógico de qualidade e competente, contemplando as novas formas de gestão e políticas que forneçam subsídios para uma ação espontânea, onde o trabalho docente esteja integrado com as didáticas e que o mesmo se faça presente nos valores e no tipo de formação que queremos dar aos nossos alunos.

Este estudo, para além do já apresentado, permitiu vislumbrar o quanto ainda é necessário acumular estudos que contemplem a análise e narrativa de experiências da ação supervisora, oferecendo condições para a qualificação deste profissional de forma mais eficiente, assim como é urgente repensar os programas curriculares que formam os especialistas nesta área. São dois movimentos importantes e complementares que podem configurar um novo quadro para a compreensão da atuação profissional na supervisão escolar. De outro modo as recentes mudanças e inovações na legislação referente ao curso de pedagogia abre novos campos para a discussão e aperfeiçoamento dos processos formadores de educadores.

Referências

BRASIL. **Lei nº. 9394/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 1996.

BRASIL. **CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.** Resolução 1/2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Maio de 2006.

ANDRADE, Narcisa Veloso de. **Supervisão em Educação.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

ALARCÃO, Izabel. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ARAGÃO, Everlyn, Jonaina, Silva; MELLO, Lucrecia Stringhetta. **O papel do supervisor: formação e identidade na organização do trabalho pedagógico da escola**. Disponível em: <<http://www.propp.ufms.br/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=386>>

FERREIRA, Naura Syria Carpeto. Supervisão Educacional: Novas Exigências, Novos Conceitos, Novos Significados. IN: Mary Rangel (Org.). **Supervisão pedagógica: Princípios e práticas**. 3. ed. São Paulo: Papirus, 2001.

FRISON, Lourdes M. B.; ABREU, Rudimar S. de. Supervisores e orientadores educacionais nos espaços escolares. **Ciência e Conhecimento: Revista eletrônica da ULBRA São Jerônimo**. v. 1, 2007, Pedagogia, A. 3. Disponível em: <http://www.cienciaeconhecimento.com.br/pdf/vol001_PeA3.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2013.

LIMA, Elma Corrêa. Um olhar histórico sobre a supervisão. IN: Mary Rangel (org.). **Supervisão pedagógica: Princípios e práticas**. 3. ed. São Paulo: Papirus, 2001.

LOURENÇO, Rogério V. O supervisor escolar e sua relação com o processo educativo. **Anuário da produção acadêmica docente**. v. 3. n. 4, ano 2009. P. 261-269. Acesso em: 26 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/anudo/article/viewFile/934/711>>.

LUZ, Anizia A. N.; MELLO, Lucrecia S. **Formação continuada: contextualizando a ação da supervisão escolar e gestão educacional da escola pública**. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais16/sem07pdf/sm07ss16_04.pdf>. Acesso em: 12 de abril de 2013.

MEDINA, Antonia da Silva. **Supervisão escolar, da ação exercida à ação repensada**. Porto Alegre: AGE, 2002.

NÉRICI, Imídeo Guisepe. **Introdução à supervisão escolar**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1976.

NÓVOA, António (Coord). **Os professores e a sua formação**. 3. ed. Portugal: Dom Quixote, 1997.

PINHEIRO, Catia Torres. **A supervisão educacional em perspectiva histórica e política**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/PESQUISA/BBE-ONLINE/det.asp?cod=68383&type=P>>. Acesso em: 08 de março de 2013.

PRZYBYLSKI, Edy. **O Supervisor escolar em ação**. 2. ed. Porto Alegre: Sagra, 1985.

RODRIGUES, Sonia Mara Costa. **A “super” visão: Quebrando conceitos e preconceitos através dos tempos**. Disponível em: <<http://www.urcamp.tche.br/redepp/monografias%20para%20site/MONOGRAFIA%20HIST%20DA%20SUPERVIS%20C3O%20S%20F4nia%20Costa..pdf>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

RANGEL, Mary. **Supervisão Pedagógica: um modelo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

RANGEL, Mary. **Supervisão: do sonho à ação – uma prática em transformação**. IN: FERREIRA, Naura Syria Carpeto (Org). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Sandra. **Supervisão, que lugar é esse? La Salle: revista de educação, ciência e cultura**. Centro Universitário La Salle. v. 1, n. 1 (outubro/1996). Canoas: La Salle, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função a profissão pela mediação da ideia**. In: FERREIRA, Naura Syria Carpeto (org). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Carliene L. S.; SOUZA, Cintia S.; OLIVEIRA, Delziana de; THYZAH, Kelma; VIANA, Frances; VELANGA, Carmen. A Ação do Supervisor Escolar: Em Uma Escola da Rede Municipal de Porto Velho. **Anais da Semana Educa**, v. 1, n. 1 (2010). Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/semanaeduca/article/view/112>>. Acesso em: 12 de abril de 2013.

SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da; RANGEL, Mary (org.). **Nove olhares sobre a supervisão**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

VASCONCELLOS, Celso dos santos. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político - pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.

Silvia Adriana da Silva Soares
Centro Universitário La Salle - Brasil
Secretária do Programa de Pós-graduação em Educação
E-mail: silviassadry@gmail.com

Dr. Gilberto Ferreira da Silva
Centro Universitário La Salle - Brasil
Programa de Pós-graduação em Educação
bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2 - CA ED -
Educação Coordenador da Linha de Pesquisa: Forma de Professores,
teorias e práticas educativas
E-mail: gilberto.ferreira65@gmail.com

Recebido em: 25 de junho de 2015
Aprovado em: 19 de agosto de 2015